

ESCOLA INCLUSIVA: UM RELATO DAS PRÁTICAS POLÍTICAS, PEDAGÓGICAS E FINANCEIRAS

Fernanda Ferreyro Monticelli - Pedagoga de Rede Municipal de Vitória
e:mail:fernandafm@ebrnet.com.br

Resumo: Trata-se do relato das práticas políticas e pedagógicas realizada em uma escola municipal de Vitória, as quais visam o atendimento aos princípios dos direitos humanos. Quanto aos aspectos políticos abordam-se ações executadas pela Secretaria Municipal de Vitória em regime de colaboração com o Plano de Desenvolvimento do MEC. Quanto aos pedagógicos, são socializadas práticas que visam uma educação de qualidade para todos, e como a qualidade no cotidiano escolar só é possível por meio da atenção a cada aluno; é que se relata um conjunto de ações direcionadas para uma criança cuja construção da sua subjetividade está sendo tecida por meio do engajamento dos profissionais e serviços oferecidos.

Práticas políticas, pedagógicas – inclusão – educação especial -

Ainda, que eu falasse a língua dos homens...
Renato Russo

As políticas internacionais de direitos humanos romperam com atitudes racistas afetando diretamente o processo de universalização e democratização do ensino. Se em séculos passados a qualidade se baseava em estratégias de seleção e segregação social, atualmente, considera-se com bom IDH (Índice de Desenvolvimento Humano implantado a partir de 1990) os países com reduzido número de analfabetos e maior taxa de escolaridade entre os habitantes. Globalmente, a palavra de ordem passa a ser diversidade. Cidades planetárias revêem suas políticas e empenham-se na formulação de leis que visem uma maior inclusão de todos os cidadãos. A partir do Século XX, principalmente após a barbárie do holocausto na II Guerra Mundial, as nações se unem com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Novos tratados e instrumentos internacionais de Direitos Humanos são elaborados procurando afetar direta e positivamente grupos que até então tinham pouca visibilidade. Cria-se o Direito ao Emprego, o Direito das Crianças, o das Mulheres, o das Pessoas com Deficiência, o de Prisioneiros e Detidos. Elabora-se uma Legislação referente ao uso de armas, como uma demonstração de maior fiscalização a atos simbolicamente agressivos, além de ações de Prevenção contra a Discriminação e Proteção das Minorias.

Na área da educação especial além da declaração dos Direitos Humanos vários outros documentos tanto em nível nacional como mundial foram elaborados revelando um compromisso de fato para com o valor da vida humana. Somente para lembrar pode-se citar a Constituição Federal em 1988, a qual defende os direitos iguais perante a lei; o Estatuto das Crianças e Adolescentes em 1990, a Conferência Mundial, organizada pela UNESCO, sobre Educação para Todos, na Tailândia em 1990, a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais, em Salamanca, na Espanha (1994), a Convenção Intra Americana para eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, em São Domingos, na Guatemala (2001).

Mais recentemente, o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Especial, tendo em vista a Constituição Federal de 1988, que estabelece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; e o decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), instituiu as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado - AEE na educação básica.

Diante desses documentos se verifica que mais de 3.000 anos de história humana fortemente embasada em exclusões e segregações, são transformadas em pouco menos de 20 anos. Uma pretensão maior que a euforia desenvolvimentista da era do Presidente Juscelino Kubitschek de querer transformar 50 anos do Brasil em 5.

É claro que toda esta euforia pela diversidade e ideais de inclusão não advém apenas de um sentimento mundial coletivo de *fraternidade*. A diversidade é igualmente um conceito que une tanto aos interesses capitalísticos, quanto humanísticos. Os efeitos do capitalismo, impondo as leis do mercado e massificando os sujeitos tornando-os objetos de consumo torna o mercado o grande sujeito da pós-modernidade. Na *narrativa da mercadoria cada desejo deve encontrar seu objeto*. É por isso que se observa uma:

singularização cada vez mais intensa dos objetos industrializados: sua finita diversidade está em crescimento constante porque eles devem corresponder da melhor forma a cada necessidade do indivíduo “coagido” pelo discurso democrático a se apresentar como único e a exibir as insígnias que permitem crer que ele o é. (DUFOUR, 2005, p.76).

Depreende-se que de um lado, a inclusão das pessoas com necessidades especiais atendem tanto aos ideais altruísticos mais elevados, como às leis do mercado ao oferecer diversos produtos para as mais diversas necessidades físicas e mentais.

Se de um lado o mercado atinge um seleto grupo de consumidores, o desequilíbrio provocado pelo excesso de consumismo resulta em sujeitos empobrecidos da função simbólica. E o Brasil devorado pelos efeitos do capitalismo não fica alheio às políticas que lhe são imputadas, mas também em decorrência não consegue isolar os efeitos negativos:

Nós assistimos nos últimos anos a uma escalada da violência criminal: cresce o número de roubos, furtos, assaltos, assassinatos, chacinas. No Brasil, várias entidades têm denunciado o forte aumento da morte, por armas de fogo, de jovens entre 15 e 24 anos. Quando, há dez anos atrás, David Harvey, em seu livro *A Condição Pós-Moderna*, explicou o que era o capitalismo neoliberal – que ele chamou de “acumulação flexível” –, ficou claro que a pobreza, a miséria, a desigualdade e também a criminalidade no Brasil teriam um aumento exponencial se estas políticas fossem implementadas. Os fatores que levam a este aumento da violência são múltiplos, mas são basicamente conhecidos: um deles é o aumento da desigualdade social, o contraste crescente entre ricos e pobres. Outro fator é a redução ou o bloqueio da mobilidade social ascendente, isto é, a redução da oportunidade de melhoria de vida para uma grande parte da sociedade, o que afeta especialmente as expectativas dos mais jovens. Isto é causado principalmente pelo desemprego e a baixa perspectiva de emprego: a sociedade percebe, os jovens das classes populares percebem que dificilmente terão um amanhã melhor que hoje”. (LESBAUPIN, 2007).

Neste caso, a violência está relacionada às classes desfavorecidas, entretanto sabe-se que não está restrita a elas. Por outro lado, o relato de experiência aborda a escola pública, a qual ainda tem por forte segmento o atendimento às classes populares. De todo modo, diante deste quadro, a inclusão mais do que nunca é não só uma meta política, como econômica.

A violência está presente nos espaços onde circulam as frustrações. Por ser a escola um espaço de simbolização, ou seja, o lugar que provoca os sujeitos a fazerem algum percurso pela aprendizagem; fica mais sujeita aos desdobramentos que ocorrem neste lugar. De um lado, institui certa tensão e de outro sofre as pressões na medida em que é no seu interior que os conflitos ocorrem.

Assim exposto, o trabalho tem por objetivo socializar práticas políticas e pedagógicas no que ora será denominada de escola inclusiva, a qual recebe, acolhe e atua sobre alunos com todo tipo de características em sua relação com as práticas de educação especial.

A idéia é apresentar de que modo o cuidado, o ensino e a educação do aluno com necessidades especiais não está dissociado das demais relações que se estabelecem na escola e por que não, na cidade. Portanto, embora o texto demonstre certa abrangência, o faz propositadamente de modo a abordar a educação especial inserida na perspectiva da educação inclusiva.

Aspecto político de sustentação da escola inclusiva:

Anterior a apresentação da experiência de inclusão na escola cabe relatar a linguagem inclusiva que foi se instituindo na cidade de Vitória.

Um dos pontos que não se pode deixar de mencionar refere-se à relação entre a Prefeitura de Vitória e o Governo do Estado do Espírito Santo. Embora de partidos diferentes, prefeito e governador procuram resolver por meios políticos situações em que a união faz mais diferença do que as desavenças. Emite-se assim a palavra de que a é possível o consenso na diversidade.

Quanto às pessoas com necessidades especiais, se há 20 anos, os deficientes eram vistos como estranhos ou despertavam a curiosidade das pessoas, atualmente os cidadãos passaram a ter outro olhar e por extensão um novo comportamento que consiste em pensar naquele que é diferente de *mim*. O que foi a descoberta copernicana é a política de inclusão para a cidade. É a democratização não só para os “normais”, mas para todos.

Para ilustrar, pode-se citar a Lei de Acessibilidade a qual estabelece que até 2014 todas as frotas de ônibus e calçadas públicas terão de se adaptar para facilitar o direito de ir e vir das pessoas com mobilidade reduzida. Como decorrência o mercado da construção civil é aquecido, mas para além destes pilares o mais importante são os efeitos nos cidadãos. Outro programa importante refere-se ao Sistema Intermunicipal de Transporte **Mão na Roda** e o Sistema **Porta a Porta** para quem utiliza cadeiras de roda.

Um aspecto importante igualmente diz respeito às sinalizações na cidade bem definidas para automóveis e pedestres. Um simples detalhe, mas que faz toda a diferença para idosos, crianças, além das pessoas que sofrem dos transtornos globais de desenvolvimento, pois ao demarcar limites demarca segurança.

Adentrando na escola...

A escola atua com alunos de 1ª à 8ª série tanto no matutino, como no vespertino. No matutino, existe ao todo, doze turmas. Além da direção, dos dois pedagogos, dos três coordenadores, professor de informática e professores, disponibiliza-se uma professora para a oficina de leitura e escrita aos alunos de 1ª à 3ª série, no sentido de estimulá-los a ler e escrever; uma professora de educação especial, quatro estagiárias, uma “ASO” (assistente de serviço operacional) para atender um aluno que possui paralisia cerebral. Outras escolas quando tem alunos com problemas de visão, possuem um profissional bilíngüe para auxiliá-lo. Enfim, de acordo com a situação, a Prefeitura de Vitória adéqua os profissionais necessários. Como segmento democrático, existe o conselho de escola constituído pelos representantes: pais, magistério, alunos e funcionários.

Sempre que necessário, de acordo com o Plano de Ação ou necessidade, a SEME disponibiliza seus assessores contando para isso com especialistas em alfabetização, psicóloga, filósofos, sociólogos, músicos, especialistas em pessoas com necessidades especiais, entre outros.

Além do ensino regular a escola atende alguns alunos, sob a coordenação da **Educação de Tempo Integral**. O perfil de escolha para seleção destes alunos são os que ficam expostos a risco social. Para realizar este trabalho existe uma coordenadora na escola a qual tem por função gerenciar a dinâmica desta atividade, por meio de contactos com instituições e locais de visitação, pois os alunos ficam algum tempo na escola e outro em locais de socialização dos saberes que se encontram nos museus, teatros, cinemas, escolas experimentais e tecnológicas de Física, Biologia, História, entre outros. Para levar as crianças existe uma verba disponível para o ônibus, os quais ficam aos cuidados em cada turno, de uma educadora social formada em Pedagogia e outra estagiária. Esta proposta embora filosoficamente se apóie em outros paradigmas construiu com o apoio da visão de Ivan Illich, o qual defende novas opções de instituições educativas.

Aos finais de semana, existe a **Escola Aberta** que é uma modalidade para recepção da comunidade. Alguns espaços são reservados na escola para que a família e a comunidade participem como voluntários ministrando ou aprendendo nas diversas oficinas. Disponibiliza-se, com monitoria a sala de informática, o auditório, a biblioteca e a quadra de esporte além de salas de aula e refeitório. Os oficineiros recebem um valor o qual é pago pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Este tipo de alternativa às famílias é

muito importante, pois estimula as pessoas a ocupar espaços de socialização do conhecimento oferecendo alternativas, seja de renda extra, seja de qualificação profissional, como de cultura e lazer tão necessárias às pessoas de classe popular. Futuramente a escola regular pretende planejar com a Escola Aberta, no intuito de realizar ações mais integradas.

Outra discussão será de se implantar o EJA (Educação de Jovens e Adultos), pois o que se percebe, é que são nas famílias de não leitores ou pouco índice de escolaridade, que se encontram os alunos com maior lentidão para aprender a ler e escrever.

O programa **Escola Fora da Escola** consiste na disponibilização mensal de um ônibus para ambos os turnos. Com agendamento prévio, tendo por base o planejamento dos professores, os alunos são levados para vários locais de visitação de estudo. Com base em uma detalhada pesquisa feita em 2007 constatou-se que as famílias pouco ultrapassam *os muros do bairro*, com idas restritas apenas a parques, igrejas ou shoppings. Como a maior parte das famílias são monoparentais, tendo a mulher mãe como chefe, é nos domingos que tira o dia para arrumar a casa, lavar as roupas sentindo, portanto desânimo para sair de casa. Ultrapassar os muros da casa, do bairro e mesmo da cidade expressam simbolicamente um sujeito que está se emancipando, como um *pássaro que ganha asas*. Novamente é possível constatar, por meio de investigações, que são nos lares onde as crianças dormem nos quartos dos casais, ficam aprisionadas dentro da residência para a mãe poder trabalhar, que a relação monádica (Castoriadis, 1982) se torna impeditiva da autonomia da criança.

No que se refere aos alunos da 1ª série existe o **Programa Nacional de Saúde Escolar** (PNSE) e a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), o qual executa parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEME). Além das atividades com pais, alunos, professores, é feito uma triagem auditiva, visual, psicológica e fonoaudiológica. Existe igualmente o Exame Odontológico e atendimentos clínicos especializados, após, averiguação de exames de sangue, urina e fezes, ou indicação dos profissionais da escola.

A unidade de saúde, em trabalho de parceria, após averiguação dos alunos do ensino fundamental com as escolas encaminha os que apresentam transtornos mentais (psicoses, neuroses e autismos) para o CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial Infantil da Prefeitura de Vitória).

Outro programa está relacionado à **Educação Especial** o qual consiste numa modalidade de ensino que perpassa todos os níveis educacionais.

A seguir será apresentado um texto divulgado no site de Vitória sobre a educação especial:

O Atendimento Educacional Especializado, concebido como uma das principais ações dos serviços oferecidos pela Educação Especial é ofertado aos alunos no turno contrário ao que estão matriculados no ensino regular e têm como funções identificar as necessidades educacionais especiais para assim definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos referidos alunos (Resolução CNE/CEB n° 02/2001).

Este atendimento é realizado mediante:

- *complementação ou suplementação curricular, ofertada no contraturno, em salas de apoio pedagógico, nas quais o professor especializado, utilizará procedimentos, equipamentos e materiais necessário para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos.*
- *atuação de professores bilíngües, instrutores surdos e tradutores interpretes da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS-Língua Portuguesa-LIBRAS;*
- *atuação de professores itinerantes intra e interinstitucionais;*
- *disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação;*

No que se refere à Educação Bilíngüe e buscando atender às Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001, a lei 10.098/94, especificamente o capítulo VII, que legisla sobre a acessibilidade à língua de sinais, a Lei 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o Decreto 5626 de 2005 que assinala que a educação de pessoas com surdez no Brasil deve ser bilíngüe, garantido o acesso à educação por meio da utilização da Língua de Sinais e o ensino da Língua Portuguesa escrita como segunda língua, a Secretaria Municipal de Educação de Vitória apresenta dentro da política da Educação Especial acima descrita a reestruturação da

política pública para a educação dos alunos com surdez matriculados nas Unidades de Ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Sistema Municipal de Ensino de Vitória/ES.

A proposta de Educação Bilíngüe do Sistema Municipal de Ensino de Vitória, fundamentada na filosofia da inclusão, incorpora a LIBRAS e a modalidade escrita da Língua Portuguesa como línguas de instrução do aluno com surdez, no universo de sete Unidades de Ensino Fundamenta.

Para os alunos com indicativos de altas habilidades/superdotação existe o CEDET -Centro para o Desenvolvimento do Potencial e do Talento de Vitória –

Com o objetivo de atender às orientações contidas na Res. Nº 02/01, a PMV através de suas secretarias mantém:

- convênio com a APAE/Vitória para o atendimento às crianças com deficiência mental, matriculadas na rede municipal nos seguintes serviços: avaliação diagnóstica, escolarização, atendimento pedagógico específico, serviço profissionalizante e serviços clínicos terapêuticos.*
- parceria de cooperação técnica com a Associação Brasileira de Altas Habilidades e Superdotação – ABASHD que atua junto ao CEDET-Vitória no atendimento aos alunos com indicativos de altas habilidades e superdotação;*
- contrato com a Oficina Artes de Vitória, que através do Projeto Integrartes oferece aos alunos com deficiência, que apresentam habilidades nas várias modalidades da arte, oficinas de acordo com os interesses de cada aluno.*
- parcerias com instituições superiores, ONG, entre outras para o atendimento nas áreas de fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional e psicologia.*

Estes dados foram retirados na íntegra do site, pois realmente a educação especial tem sido uma política implantada com determinação e sustentação por parte da SEME, com apoio do MEC-Brasil além de estreita parceria com o programa do PPGE-UFES, no que se trata da formação dos profissionais.

Aspecto pedagógico de sustentação da escola inclusiva:

Nesta escola, uma das práticas instituintes é o planejamento integrado envolvendo todos os professores da turma. Já no início do ano, os pais recebem a listagem o que lhes permite ter uma visão global do que será ensinado aos filhos. Atualmente, as escolas do ensino fundamental trabalham pelo sistema de bloco para os primeiros anos. Ao final do trimestre, a professora preenche uma ficha de avaliação, a qual é elaborada de modo específico para a turma. Propor uma educação inclusiva requer executar ações onde se admita e se sustente a diferença, onde se admita o ato solitário, embora solidário presente em cada detalhe, inclusive do planejamento da escola. No que se refere aos alunos com necessidades especiais, embora os pais recebam a avaliação diferenciada, o planejamento previsto leva um tempo maior para ser construído, pois se tenta fazer específico para a criança e neste caso, se considera vários aspectos, como: avaliações de anos anteriores, entrevistas com pais, observação da criança, contatos com profissionais especializados e o que é mais difícil: reunião envolvendo toda a equipe escolar que atua com a criança.

Na escola inclusiva, procura-se compreender melhor as pessoas mais importantes na vida dos alunos fora da escola: os pais. Para tanto, grupais, individuais ou por casais de modo mais prolongado, no qual se conduz a entrevista para que o responsável se implique minimamente diante do sintoma da criança. Na maior parte das vezes, os pais ou responsáveis quando chamados à escola associam o comportamento do aluno à preguiça, vadiagem e utilizam como expressão: “é bicho ruim mesmo”, “benção”, “carma”, “doente da cabeça”, “nervoso...” Com o tempo, durante um processo de escuta e questionamentos vão falando de si, da sua história de vida na infância, e neste momento, conseguem perceber alguma repetição, algum traço na criança, que de algum modo está associado ao comportamento dos genitores. Quando a entrevista chega neste ponto, percebe-se que alguma ruptura é possível. Enquanto os pais jogam o problema na escola, no sistema ou no próprio filho não se vêem como alguém que possa fazer algo para mudar a situação existente. De modo relativo, estes pais, não ficam à mercê de um O(o)utro, como quem espera algo para a realidade mudar. Um desafio maior refere-se às posturas dos pais de crianças com necessidades especiais. Muitos exigem da escola, mas por diversas razões demonstram pouca credibilidade em relação aos filhos. Bilhetes não são lidos, tarefas escolares não são acompanhadas. Por outro lado, deve-se ter muito cuidado nas entrevistas, pois na maior parte das situações, o casamento está no limite, ou se sentem culpados pela situação o que inviabiliza qualquer possibilidade de crescimento da criança.

No que tange aos alunos com ritmos diferenciados na aprendizagem e alunos com necessidades especiais na escola inclusiva a equipe das séries iniciais começou a realizar estudos de caso escolhendo uma criança por semana para que fosse observada pelos profissionais e depois, em reunião discutir e fazer encaminhamentos. Ao longo da semana percorre uma pasta contendo questões relativas ao desenvolvimento do aluno. Esta forma de abordagem permite analisar caso a caso, como merece todo ser humano.

As crianças com transtornos globais de desenvolvimento, em especial – casos de psicose são motivo de tensão por parte da escola, pois nem sempre é possível antecipar algum comportamento mais agressivo, quando assim se apresentam. Muitas vezes, os profissionais contam é com suas crenças, valores e experiências para abordar a situação, pois ainda são insipientes os estudos nesta área direcionados para as escolas. O desafio (não impossível) é possibilitar por meios didáticos que a criança construa sua subjetividade e deste modo siga seu caminho na escola realizando seus desejos.

A seguir será apresentado um caso de uma criança a que exigiu de toda a equipe escolar algum investimento para acolhê-lo.

Trata-se de um aluno que veio transferido de outra escola próxima, por provocar vários problemas relacionados à *falta de disciplina*. Quando João (nome fictício) chegou à escola procurou mostrar-se receptivo nos primeiros dias, mas não demorou em iniciar suas investidas em comportamentos indisciplinados. No início toda a equipe conversava com ele ou sua mãe e assinava ocorrências e termos de compromisso respectivamente. Concomitante a este processo foram criados outros de investigação para se aproximar desta criança, para entendê-la e quiçá poder auxiliar na sua relação de pertencimento e construção da sua subjetividade.

Em 2008 foi reprovado por não estar lendo e escrevendo. Muitas pressões existiram de vários lados diante desta decisão tomada em conselho de classe. Entretanto, esta é uma das decisões que somente quem acolhe no cotidiano precisa sustentar: pois existem casos que realmente se faz necessário aprovar um aluno, mesmo não estando alfabetizado totalmente. Entretanto, a história deste, apontava que era possível correr este risco (pois não há certezas), pois logo que chegou à escola sua mãe havia relatado que ao fazer a carteira de identidade do filho, ele desabafara que queria aprender a escrever para assinar seu nome na carteira. Esta foi mais uma das pistas: o limite provocou-o a realizar seu desejo antes dito (mas não sustentado no ano anterior) que era de querer aprender a ler e escrever.

Segundo Vasques (2008, p. 44) "educar é transmitir as marcas simbólicas que possibilitem à criança o usufruto de um lugar, a partir do qual o desejo seja possível". Segue a autora afirmando que " para tais crianças, a escola pode ter uma função terapêutica, função capaz, inclusive, de atuar na retomada da estruturação psíquica". Pois foi com a aposta de que esta criança poderia realizar seu desejo que depois de um tempo de sofrimento ele começou a direcionar seu potencial e se alfabetizou.

Cabe esclarecer que esta é uma das principais questões relacionadas ao sujeito destituído da sua subjetividade: ele próprio emperra a realização dos seus desejos, por estar constantemente às voltas com o desejo do Outro. Ao trabalhar com estas crianças é importante que se reconheçam como pessoas distintas e que possuem vontades próprias.

Um dos aspectos altamente positivos partindo das professoras da turma é que tiveram a atitude de acolhê-lo. Ambas, em nenhum momento pediram para removê-lo, transferi-lo mesmo estando muitas vezes extenuadas diante dos excessos cometidos pelo aluno.

Outro ponto foi a pedagoga observá-lo em aula sempre que era chamada a intervir. Foi nestes momentos em que com olhar amoroso e não de repreensão procurou verificar o que o deixava perturbado. Em várias situações constatou que os momentos de ira ocorriam quando o aluno não acompanhava a realização das atividades propostas. Diante desta situação as professoras procuravam selecionar exercícios compatíveis para o aluno oportunizando a estagiária, quando ficavam impossibilitadas, sempre que percebiam sua inquietação.

Um aspecto a favor também, é que o João fala abertamente do que lhe incomoda, relata fatos da sua vida com espontaneidade. O mesmo ocorre por parte da mãe. Ao descreverem alguns fatos foi possível captar algumas pistas para nos aventurarmos em uma trilha desconhecida. Desconhecida, pois mesmo rotulando-o com base em diagnósticos educacionais, psicológicos ou médicos, ainda assim, somente o João poderia nos fornecer as pistas que nos indicariam algum caminho possível de maior êxito. Foi na sua história de vida, nas significações atribuídas aos acontecimentos que a equipe encontrou alguma brecha capaz de intervenção.

Certa vez, demonstrou hostilidade para com uma professora de reforço ao que ela levou-o para a sala da pedagoga. Tão logo entrou na sala bateu no vidro da janela e acabou por quebrá-la. Diante da situação de raiva do estudante duas educadoras iniciaram imediatamente uma oração em voz alta pedindo para que o espírito maligno fosse afastado. Ao ouvir, a

criança começou a contorcer os olhos como se estivesse aceitando a personagem em que estava sendo colocado. Aos poucos, após conversa e escuta mediada pela pedagoga, a criança foi se acalmando e se colocando novamente no lugar de um ser consciente dos seus atos. Conforme o aluno ia dizendo o que lhe deixava com raiva a pedagoga ia relacionando com os fragmentos que dispunha da história do aluno para questioná-lo e quem sabe ressignificar...

Uma escola pública é feita destes fragmentos: uma oração ali, outra atuação acolá... e quem poderá garantir que não foi necessário estes dois tipos de intervenções para a criança recobrar a sanidade?

O imaginário é algo do qual os seres humanos dispõem para executar suas ações no mundo. É o uso que se faz do imaginário que definirá (mesmo temporariamente) se seremos homens ou mulheres, agricultores ou executivos... Colocá-los em questionamento exige um desprendimento do qual nem todos estão dispostos a pagar o preço. Por ser tão difícil, é que estas indagações serão tanto melhores acolhidas, quanto melhor for a relação de amorosidade entre as pessoas envolvidas.

Quando o João teve esta crise foi-lhe perguntado quem na escola indicaria para conversar com ele sempre que estivesse nervoso. Estas pessoas foram e estão sendo, entre outras, as peças coringas para conversar com ele.

Muitos resultados positivos já foram feitos nas histórias das pessoas quando se percebeu alguma aposta, creditando-lhe a possibilidade de ocupar outro lugar. Mas também se sabe que somente a aposta não é suficiente. O aluno tem que querer.

Como campo de possibilidades, além destas ações encaminhou-se a criança para a Oficina de Artes de Vitória, Escola de Artes Arco-Íris, CAPSI e Unidade de Saúde. Para além dos encaminhamentos são feitas reuniões entre a equipe escolar com os profissionais destas instituições e a família visando por meio de uma abordagem mais global encaminhar ações diferenciadas, mas em conjunto.

A educação especial e inclusiva convoca os seres humanos a ocuparem seus assentos sem centros, a não sentarem-se em tronos, mas a admitirem suas mazelas, seus desconhecimentos, a aprenderem com os outros.

Atualmente a criança continua estudando e, se sente mais confiante por ter realizado seu propósito de aprender a ler e escrever. Devido a todo um contexto familiar ainda apresenta comportamentos que oscilam em atos agressivos ou solidários. Tudo só indica que *navegar é preciso*, mas sempre acreditando, apostando na melhoria, que o ser humano não é sujeito somente determinado, mas capaz de criação.

Aspecto financeiro de sustentação da escola inclusiva:

O sistema de ensino de Vitória na área da educação especial tem sido considerado exemplo, devido à estrutura existente.

Segundo informações da SEME¹, a Educação Especial possui unidade orçamentária no município de Vitória, por meio da ação " Inclusão de Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos com Necessidades Educativas Especiais". A previsão de recursos para o exercício em curso (2009) é de R\$ 1.058.300,00 (sendo fontes de recursos da União e recursos próprios do município)

Considerações Finais

O que se tentou apresentar neste relato de experiência seguiu como eixo os programas municipais (com base e tendo por suporte as políticas do MEC) e as ações escolares e não escolares direcionadas para a qualidade de um ensino inclusivo. Qualidade que não se esgota no trabalho da escola.

O ato educativo está relacionado ao processo de socialização. Aprende-se na interação com os outros, na exploração de diferentes espaços físicos e culturais, na experimentação de atividades simbólicas encontradas nas artes, nos esportes, no desejo pelo conhecimento. Aprende-se nas significações atribuídas aos acontecimentos.

Quando um município oferece programas e dispõe de estrutura para que todos aprendam e não fiquem excluídos emite a vontade política de uma real democratização da educação. Igualmente, a junção a este propósito dos profissionais envolvidos, seja escolar ou não, é outro aspecto importantíssimo para que os objetivos sejam alcançados. E inegavelmente o

¹ Agradeço a gentileza da informação ao senhor Luis Carlos de Oliveira da Gerência Orçamentária e Financeira/SEME - Secretaria Municipal de Educação

desejo da criança aprender aliado ao suporte da família são requisitos indispensáveis, sem os quais nada se conseguiria nada se seria...

Ainda que eu falasse a língua dos homens.

E falasse a língua dos anjos, sem amor eu nada seria.

...

É um não querer mais que bem querer.

É solitário andar por entre a gente.

É um não contentar-se de contente.

É cuidar que se ganha em se perder.

É um estar-se preso por vontade.

É servir a quem vence, o vencedor;

É um ter com quem nos mata a lealdade.

Tão contrário a si é o mesmo amor.

Estou acordado e todos dormem, todos dormem, todos dormem.

Agora vejo em parte. Mas então veremos face a face.

Monte Castelo

Composição: Renato Russo

Referências

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Trad. De Guy Renaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DUFOUR, Robert. **A arte de reduzir as cabeças**: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Trad. Andra Regina Felgueiras; editor José Nazar. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

LESBAUPIN, Ivo . Contexto mundial e governo Lula: desafios e perspectivas. América Latina em Movimento. [2007-10-07]. Disponível em:
<http://alainet.org/active/20366&lang=es>. Acesso em 13/07/09

RUSSO, Renato. **Monte Castelo** In: Legião Urbana: as quatro estações. Produzido por Mayrton Bahia. São Paulo: Corações Perfeitos, Edições Musicais Ltda, 1989.

VASQUES, Carla. **Alice na biblioteca mágica**: uma leitura sobre o diagnóstico e a escolarização de crianças com autismo e psicose infantil. Tese. PPGE/UFRGS. Porto Alegre, 2008.

VITÓRIA/ES. Disponível em:

<http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/educacao/edespecial.asp>. Acesso em 19/07/09.